

“Privatização do Ipasgo é uma fake news”, afirma presidente do instituto

REDAÇÃO

O projeto de lei que visa mudar a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás (Ipasgo) tem levantado muitas questões, dúvidas e críticas, principalmente por sindicalistas e oposição na Assembleia Legislativa.

Desde o anúncio de mudança, onde o instituto deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), servidores e lideranças políticas têm falado em privatização do sistema. Portanto, ao Diário de Goiás o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz, garante que tal afirmação não passa de fake news.

Vinicius explica que a privatização se daria caso o governo pedisse à Alego a autorização para vender o instituto para um grupo privado. “Não é isso que está em discussão.



Divulgação

Não estamos propondo vender o Ipasgo”, ressalta.

De acordo com o presidente do instituto, o Estado vai continuar tendo a governança, com a participação

dos servidores no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, por meio do governo de Goiás fazendo os aportes necessários para que seja feita a transição para a re-

gulação e fiscalização da ANS.

A mudança parte de uma determinação feita pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) a partir de 2022, para que o governo tirasse as

receitas do Ipasgo deixassem de compor o orçamento geral do estado. O argumento é que a inclusão do instituto nas receitas inflam as Receitas Correntes Líquidas (RCL).

MUDANÇAS

Depois que o Ipasgo se tornar um serviço social autônomo (SSA) tendo o direito privado, ele passará a ser fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Com essa nova mudança, Vinícius Luz aponta, por outro lado, melhorias para o servidor.

O Ipasgo passará a contar com um rol maior de serviços e medicamentos considerados obrigatórios. O presidente da autarquia explica que hoje o instituto tem quase 900 procedimentos médicos a menos, e estes serão incluídos com a ANS, além disso, o Ipasgo terá também cerca de 1,7 mil medicamentos a mais. Além disso, de acordo com

Vinicius a tabela também não sofrerá alteração. “A forma de contribuição não vai mudar, vai continuar a mesma. Não é porque estamos mudando a natureza jurídica que a gente tem que alterar o plano, não é nossa intenção”, garante.

O presidente do Ipasgo completa ainda que o governo está garantindo que não haverá aumento de mensalidade. “O governo também está garantindo que não haverá aumento de mensalidade, com a garantia do percentual do salário que é hoje 6,81% do plano básico para o grupo familiar. Os agregados vão continuar pagando por tabela atuarial, que será regulada pela ANS com índices de reajustes anuais”, pontua.

“Maldosamente estão tentando confundir as pessoas. Mas para quem paga percentual só vai ter reajuste quando o governo der aumento de salário”, completa Vinicius Luz.

Operação Átria realiza mais de 16 mil ações de combate a crimes em Goiás

NATHALIA OLIVEIRA

A Operação Átria, força-tarefa de combate a crimes contra a mulher, atendeu mais de 4.024 vítimas e resultou em 668 prisões, sendo 603 em flagrante, entre 27 de fevereiro e 28 de março. Ao todo, foram realizadas 16.945 ações diversas, como conclusão de inquéritos policiais, diligências, apreensões, apuração de denúncias e ações pedagógicas. A iniciativa foi lançada pelo Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Durante a operação, foram concluídos 2.594 inquéritos policiais e instaurados outros 1.879. As forças de segurança do Estado também cumpriram 61 mandados de busca e apreensão, 77 de prisão preventiva e 31 de prisão temporária. As autoridades policiais solicitaram ainda 1.252 medidas protetivas de urgência, 146 retiradas de pertences das vítimas e 41 resgates.



Conforme os registros de produtividade, foram realizadas 4.907 visitas e diligências. A força-tarefa apreendeu 10 armas brancas, 32 armas de fogo e 275 munições. Foram lavrados 31 boletins de ocorrência circunstanciados e dois termos circunstanciados de ocorrência (TCOs).

Ao todo, mais de 733 policiais civis e militares atuaram de forma conjunta na busca de suspeitos de feminicídio, ameaça, lesão corporal, estupro, importunação, perseguição (stalking), descumprimento de medidas protetivas, entre outros crimes.

CANAIS DE DENÚNCIA

As denúncias de violência contra a mulher podem ser feitas pelo número 180, 24 horas por dia. Também é possível realizar denúncias de violência contra a mulher pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil e na página da Ouvidoria Nacional de Diretos Humanos, do Ministério dos Dire Cidadania (MDHC), responsável pelo serviço. No site, está disponível o atendimento por chat e com libras. Os números 197, da Polícia Civil, e 190, da Polícia Militar, também atendem ocorrências de violência contra a mulher.

Cidade de Goiás busca apoio para integrar Rede Criativas da UNESCO

FERNANDA MORAIS

O chefe do Gabinete de Representação de Goiás em Brasília, Renatho Melo, recebeu nesta quinta-feira, 30, a secretária de cultura da Cidade de Goiás, Goiandira de Fátima. Acompanhada da presidente da Associação Mulheres Coralina, Ebe Lima, e da ex-vereadora Iolanda Aquino, a secretária busca o apoio do Gabinete para a execução de algumas ações que viabilizem a integração da Cidade de Goiás à Rede de Cidades Criativas da Unesco, como uma Cidade Literária.

A Rede de Cidades foi criada em 2004. O título é concedido pela Organização das Nações Unidas e busca promover a cooperação com cidades que têm a cultura e a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. Entre as categorias criativas que compõem a Rede estão o artesanato, a gastronomia e a literatura, grupo que a secretária de cultura da Cidade de Goiás busca incluir o município.



A candidatura deve acontecer no próximo ano. “É um projeto de extrema relevância não só para a Cidade de Goiás, mas para o nosso estado. O município já é referência em cultura, turismo e preservação do patrimônio. E além de todo esse orgulho que nos traz, agora vamos nos empenhar para que seja também um dos destinos de cidade literária do mundo”, diz Renatho Melo.

Goiandira de Fátima afirma que o título irá contribuir para o fortalecimento do turismo literário e cultural na cidade, gerando um novo fluxo de renda. Para tanto, ela busca ressaltar a tradi-

ção literária da cidade de Cora Coralina, destacando o que já tem no campo da literatura, valorizando o legado dos escritores do passado e incentivando os novos.

O Gabinete de Representação de Goiás no Distrito Federal está diretamente ligado à Secretaria de Estado de Relações Institucionais (SE-RINT). Para o secretário Lucas Vergílio, “a Cidade de Goiás respira história, não à toa se tornou Patrimônio da Humanidade. É o berço da nossa cultura goiana e merece essa união de esforços para conquistar esse título honroso não só para o município, mas para o estado de Goiás.”

